

## **MATEMÁTICA INCLUSIVA E A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA ABORDAGEM DE PRÁTICAS DE ENSINO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES**

Carlos Lisboa Duarte; Anderson Kerlly Rodrigues de Sousa; Rodiney Marcelo Braga dos Santos

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, [carlos\\_lisboatf@hotmail.com](mailto:carlos_lisboatf@hotmail.com);  
[andersonkerlly@gmail.com](mailto:andersonkerlly@gmail.com); [rodiney.santos@ifpb.edu.br](mailto:rodiney.santos@ifpb.edu.br)*

**RESUMO:** O conhecimento matemático é de fundamental importância na vida das pessoas, porém em alguns casos ele é tido como de difícil assimilação. No âmbito escolar, alunos com deficiência intelectual, em muitos casos, apresentam dificuldades em certas habilidades, quais sejam: atenção, memorização, raciocínio, abstração e outras, que são fundamentais para a aprendizagem matemática. Neste contexto, o presente relato de experiência tem como objetivo descrever de modo sistemático o desenvolvimento de práticas de ensino no exercício da formação continuada de professores e na perspectiva da Matemática inclusiva. O campo empírico desta pesquisa compreende os discentes do curso de Especialização em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Cajazeiras. Para tanto, buscou-se desenvolver atividades laborais dada ênfase ao ensino de geometria, por meio da utilização de materiais concretos, tais como: tangram, geoplano e sólidos geométricos, bem como suas potencialidades para promoção de um ambiente inclusivo. Contudo, depreende-se que o uso de materiais didáticos pedagógicos com abordagem lúdica pode ser tomada de partida promissora para potencializar o ensino de Matemática na perspectiva de um ambiente inclusivo.

**Palavras-chave:** Deficiência intelectual, ensino de Matemática, práticas de ensino.

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho consiste em relatar a experiência vivenciada, enquanto professores em processo de formação continuada, a partir do desenvolvimento de atividades laborais realizadas na disciplina “Matemática Inclusiva” do curso de Especialização em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Cajazeiras, no primeiro semestre do ano de 2018. A referida disciplina tinha como objetivo nuclear promover um ambiente que favorecesse o aprimoramento do diálogo na formação continuada do professor de Matemática, através do caráter multidisciplinar da educação Matemática, acerca da prática docente na educação inclusiva.

Um dos grandes desafios do ensino de Matemática, é promover um ambiente de aprendizagem significativa. A disciplina de Matemática ainda é vista com um certo receio por parte dos alunos, e quando se trata de alunos com deficiência intelectual isso se torna ainda mais evidente. São muito os fatores que conduzem a este tipo de panorama. Na literatura acadêmica, existem trabalhos que apontam sugestões e

(83) 3322.3222

[contato@cintedi.com.br](mailto:contato@cintedi.com.br)

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

práticas de ensino voltadas para a educação de alunos com deficiência intelectual. Desta forma, para o planejamento e desenvolvimento das atividades laborais, bancou-se as contribuições de autores, como Ferreira (2015), Herpich; Basso (2015) e Milanez (2013).

No âmbito legal da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, os professores tem a competência de promover a ambientação de todos alunos que estão inseridos no ensino regular, onde apresentam características singulares. Essa observação é contundente, pois no contexto escolar atual, é cada vez mais frequente a presença de alunos com algum tipo de deficiência. O grande desafio hoje que os professores encontram, é como fazer com que esse aluno desenvolva as habilidades de estudo necessárias para sua vida, tendo em vista as atuais políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no ensino regular.

Do ponto de vista legal, o conceito de deficiência está agregado a algum tipo de bloqueio ou dificuldade. Segundo, a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, art. 2º,

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 1).

Além disso, quando se trata das aulas de Matemática o desafio é ainda maior. Uma vez que, tornou-se rotina escolar vermos alunos com algum tipo de deficiência permanecerem em estado de total inercia, sem o menor tipo de protagonismo no que concerne a matemática escolar. Dessa forma, o trabalho desenvolvido pelos professores e profissionais da educação, é extremamente importante para que seja possível evitar que ocorra de fato um cenário de segregação, integração e exclusão em detrimento da inclusão escolar.

Em se tratando da temática no contexto educacional, ou seja, no ensino de alunos com deficiência, Ferreira (2015, p. 13) reafirma que mesmo com o aparato legal o ensino especializado para alunos com deficiência é tido como um grande desafio a ser superado, pois:

Apesar da determinação legal, a educação especial tem sido um grande desafio para professores, coordenadores e outros profissionais da educação, pois muitas vezes não possuem conhecimento adequado para desenvolver trabalhos de aprendizagem com esses alunos. Essa falta de conhecimento ocorre desde a graduação, pois os acadêmicos também não são preparados para lidar com ocasiões como esta. Portanto, apesar de termos cada vez mais alunos incluídos, a inclusão educacional para os alunos com deficiência ainda é um desafio para os profissionais da educação.

Outrossim, no que trata a legislação brasileira acerca das discussões sobre a deficiência intelectual, vale evidenciar a Lei nº 13.585, de 26 de dezembro de 2017 que institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. A mesma em seu artigo 2º discorre que:

As comemorações da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla visam ao desenvolvimento de conteúdos para conscientizar a sociedade sobre as necessidades específicas de organização social e de políticas públicas para promover a inclusão social desse segmento populacional e para combater o preconceito e a discriminação (BRASIL, 2017, p. 1).

Conforme Almeida (2015), o termo deficiência intelectual é recente na literatura e foi disseminado durante a Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, realizada no Canadá. O uso do referido termo também vem sendo recomendado pela *International Association for the Scientific Study of Intellectual Disabilities*. A mudança de terminologia é fruto de amplo debate nos meios científicos internacionais, representando um novo paradigma, por se referir ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da mente como um todo. Segundo os preceitos da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID, 2010, p. 31) “a deficiência intelectual caracteriza-se por [...] limitações significativas tanto no funcionamento intelectual, como na conduta adaptativa e está expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos de idade”.

Diante disso, no contexto educacional, optou-se em estudar estratégias de ensino, mais precisamente da área de Matemática, com o intuito de apresentar propostas de atividades laborais que potencializem o processo de ensino e aprendizagem, com atenção focal para os alunos com deficiência intelectual, desde as possíveis adaptações necessárias que possam ser implementadas até as impressões dos sujeitos participantes nesta pesquisa.

## **METODOLOGIA**

A tipologia da pesquisa compreende a abordagem de caráter qualitativa e do tipo exploratória. Quanto ao protocolo da pesquisa, buscou-se a partir do planejamento e desenvolvimento de atividades laborais instigar a criatividade dos participantes, bem como a promoção de um ambiente dialógico com o intuito de fomentar a apreciação de ideias que venham a contribuir de forma significativa para o ensino de Matemática dada ênfase aos alunos com deficiência intelectual.

As atividades foram executadas na forma de oficina, através da disposição de mesas rotativas, e, realizadas no laboratório de Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Cajazeiras. O protocolo metodológico compreende três etapas, quais sejam: ambientação, mesas rotativas e auto-avaliação.

No primeiro momento, foi realizada a ambientação dos participantes. A equipe executora apresentou o planejamento da atividade que foi desenvolvida no formato de oficina, bem como

explanou sobre a temática da deficiência intelectual, por meio da apresentação em *slides*. Além disso, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual constavam os benefícios e riscos quanto a sua participação na referida pesquisa.

Em seguida, a turma foi organizada em equipes e dispostas em quatro mesas rotativas. A cada 15 minutos as equipes mudavam de mesa. Na mesa 1, os participantes desenvolveram atividades envolvendo o uso do tangram para o estudo da geometria plana. Na mesa 2, foram apresentados alguns exercícios sobre a representação de polígonos a partir da apropriação do geoplano. Na mesa 3, foi realizado um exercício que consistia no reconhecimento dos sólidos geométricos e sua relação com objetos do cotidiano. Por último, na mesa 4, foi promovido um ambiente de troca de experiências sobre práticas de ensino e situações vivenciadas em sala de aula, no que concerne o ensino de Matemática para alunos com deficiência intelectual.

Por fim, foi aplicado um instrumento de auto-avaliação, de forma individual, e, por meio de um texto dissertativo, referente à todo percurso de realização das atividades laborais desde suas potencialidades até suas limitações, bem como o curtograma da oficina promovida.

## **RESULTADOS**

Esta seção apresenta a ordenação dos resultados, obtidos a partir do desenvolvimento das atividades laborais, com professores em processo de formação continuada, acerca das práticas de ensino de Matemática dirigidas à alunos com deficiência intelectual.

### **Mesa direcionada ao uso do tangram**

O tangram é um jogo matemático milenar originário da China e anterior ao século XVIII, pouco se sabe da sua verdadeira origem. Constituído por sete peças (cinco triângulos, um quadrado e um paralelogramo) pode-se representar várias figuras, utilizando todas elas sem sobrepô-las. Esse quebra-cabeça, também conhecido como jogo das sete peças, é utilizado pelos professores de Matemática como instrumento facilitador da compreensão das formas geométricas. Além de facilitar o estudo da geometria plana, ele desenvolve a criatividade e o raciocínio lógico, que também são fundamentais para o estudo da Matemática.

Partindo dessa perspectiva, foi analisada a possibilidade de se utilizar esse jogo no ensino de Matemática, tendo como público-alvo alunos com deficiência intelectual. Visto que, o mesmo configura-se como uma atividade potencial para se estudar inúmeros conceitos matemáticos no ensino de geometria plana, com o intuito de proporcionar a esses alunos uma aprendizagem mais significativa.

O objetivo dessa atividade, realizada no decorrer da presente oficina, foi de apresentar aos participantes algumas sugestões do uso dessa ferramenta pedagógica no ensino de Matemática para alunos com deficiência intelectual. Esta proposta de prática de ensino, visava o compartilhamento e a verificação de atividades realizadas com uso do tangram na construção de figuras geométricas e outras formas, conforme ilustrado na Figura 1.



**Figura 1:** Mesa do Tangram  
**Fonte:** Elaborada pelos autores

Durante a atividade realizada com o tangram, cada participante realizou três exercícios envolvendo o uso desse quebra-cabeça no estudo da geometria plana. Através da manipulação das peças, os participantes da dinâmica puderam determinar e comparar algumas das muitas figuras geométricas construídas com as sete peças do tangram. A maioria dos participantes não apresentaram dificuldades para resolverem os exercícios propostos, tendo em vista que são professores de Matemática. Todavia, puderam identificar e analisar as potencialidades desse jogo no ensino de Matemática para alunos com deficiência intelectual.

Outrossim, por meio das discussões geradas a partir do uso desse material, os participantes constataram que o tangram se apresenta como um recurso potencial para a tomada de partida de uma prática de ensino viável à ambientação do aluno com deficiência intelectual no que concerne o fazer Matemática. Além disso, percebeu-se que a aplicação de atividades como essa pode vir a melhorar a autoestima desses sujeitos, pois as mesmas proporcionam condições para que os alunos com deficiência intelectual tenham mais prazer e entusiasmo no estudo da Matemática a partir do uso de jogos com abordagem lúdica, que venham a relacionar o conhecimento a objetos e formas do dia a dia.

### **Mesa da utilização do geoplano**

Dentre as atividades desenvolvidas na respectiva oficina, em uma delas foi dado enfoque a utilização do geoplano nas aulas de Matemática para se trabalhar o conteúdo de geometria plana. O objetivo nesse momento foi o de mostrar aos

participantes, como essa ferramenta pedagógica pode ser um importante instrumento no ensino e aprendizagem desse conteúdo matemático.

Todavia, trabalhar com alunos com deficiência intelectual é um grande desafio. Pois, em muitos casos, esses indivíduos possuem certas limitações de ordem cognitiva que dificultam bastante o ato do ensino. Por outro lado, esses podem ter no ambiente de estudo, uma oportunidade de desenvolver melhor suas habilidades, e é nessa perspectiva, que o geoplano vem a contribuir para o ensino de Matemática, possibilitando-os reconhecer e nomear as diferentes formas das figuras geométricas, de modo dinâmico a partir de exercícios que envolvem o manuseio de materiais concretos, como se pode notar na Figura 2.



**Figura 2:** Mesa do Geoplano  
**Fonte:** Elaborada pelos autores

Nesta parte da oficina, buscou-se contemplar aspectos relacionados a percepção do docente em relação ao uso do geoplano aplicado ao ensino da Matemática para deficientes intelectuais, bem como analisar as possibilidades de aceitação e interação por parte do aluno alvo. Mediante a observação de cada grupo que passava pela mesa do geoplano, foi constatado que nenhum desses professores haviam trabalhado com esse tipo de material em sala de aula.

Ademais, destaca-se por parte dos sujeitos investigados que o geoplano apresenta-se como uma ferramenta importante no processo de ensino e aprendizagem de Matemática para alunos com deficiência intelectual, desde que seja abordado conteúdos elementares, de forma continuada e assistida. Dessa forma, como a atividade em questão trabalhou com a representação de polígonos regulares, na opinião dos participantes, a mesma poderia ser adaptada para se trabalhar outras propriedades dos polígonos, como o caso do cálculo do perímetro e da área dessas figuras geométricas.

Van de Whale (2009, p. 440) nos diz que:

[...] os alunos lidam com as figuras geométricas apenas com base em suas características que são perceptíveis diretamente pelos sentidos, por seu “visual”, sendo este entendido como o conjunto de características gerais das figuras, ou seja, para os alunos [...] “é a aparência da forma que a define”.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

Diante o exposto, depreende-se que o uso do geoplano é de suma importância no processo de ensino e aprendizagem de Matemática para alunos com deficiência intelectual.

### **Mesa do reconhecimento dos sólidos geométricos**

O conteúdo de sólidos geométricos possui grande relevância, pois apresenta relação direta com o cotidiano do aluno, possibilitando estabelecer relações e conexões interessantes. Existem inúmeras possibilidades de abordar esse conteúdo de forma diferenciada e visível, não necessariamente atrelada ao formalismo matemático. Nos planos de estudos das séries finais do ensino fundamental, normalmente, os conceitos sobre sólidos geométricos começam a ser enfatizados para os alunos a partir do sexto ano. Alunos dessa faixa etária não possuem uma visão clara do que seja uma superfície curva ou plana e outras características como lados, vértices, arestas, bases e bem como o porquê do surgimento dessas formas. Como afirmam Herpich e Basso, (2015, p. 3):

Frequentemente, com o que pude observar em outras ocasiões os alunos confundem as figuras geométricas com os sólidos geométricos, por exemplo: o retângulo pode ser confundido com um paralelepípedo; o círculo com uma esfera, entre outros. As associações realizadas pelos educandos variam conforme o conhecimento que possuem correlacionados ao senso comum.

Com base na posição dos autores, esta atividade didática teve como objetivo estabelecer um vínculo de correlação entre a formas dos objetos identificados pelos alunos com os sólidos geométricos apresentado. Para tanto, foram distribuídos vários sólidos geométricos sobre a mesa e uma sequência numerada de 1 a 12 em folhas separadas e coladas no quadro. Cada folha tinha uma pergunta escrita num pedaço de papel dobrado e colado sobre a folha numerada. A ideia central consistia em enfatizar a relevância de se conhecer o grau de correlação que os alunos com deficiência intelectual poderiam apresentar acerca do formato dos sólidos geométricos com objetos do seu cotidiano. As perguntas apresentadas, em geral, eram respaldadas na comparação de objetos do dia a dia com os objetos sólidos geométricos conhecidos. À guisa de exemplificação: Qual objeto sólido geométrico se parece com o bico de um pássaro? Qual objeto sólido geométrico se parece com um chapéu de festa de aniversário? Qual objeto sólido geométrico se parece com uma bola”. Dentre outras que possam promover um caminho pra se começar a discutir as propriedades geométricas dos sólidos em questão.

A atividade começou pela indicação de um participante para se dirigir até o quadro onde estavam as perguntas numeradas e foi solicitado que escolhesse um número que desejasse e retirasse a pergunta desejada. Em seguida, a pergunta foi socializada. Por fim, foi identificado

o sólido geométrico que apresentasse uma correlação com o objeto da pergunta correspondente, conforme ilustrado na Figura 3.



**Figura 3:** Mesa do reconhecimento dos sólidos  
**Fonte:** Elaborada pelos autores

Neste tipo de atividade, o professor ficou encarregado de expor as características do sólido em questão. Por exemplo, qual o objeto sólido se parece com um chapéu de festa de aniversário? Assim, o professor, possivelmente, poderia apresentar os seguintes argumentos: o chapéu de festa de aniversário se parece, na verdade, com um cone; esse cone tem uma base circular e uma superfície encurvada e também tem um “bico” chamado de vértice. Esses questionamentos ocorreram durante toda a execução da atividade mediante o rodízio dos participantes indo ao quadro, trazendo a pergunta e identificando qual sólido se parece com o objeto em questão.

A ideia aqui não é apenas apresentar o sólido geométrico em si, mas sim, mostrar em qual situações os sólidos geométricos se fazem presentes e qual a importância que eles têm diante das necessidades do dia a dia. A figura do professor é meramente de mediador de um diálogo no que concerne a compreensão do modelo geométrico de formas e espaço, mostrando as características de cada objeto apresentado. De fato, o objetivo maior é fazer com que o aluno busque correlacionar o objeto investigado com as propriedades do sólido geométrico em estudo, ou seja, através da investigação o aluno poderá desenvolver habilidades criativas em identificar as propriedades dos sólidos geométricos, bem como a contextualização sob a ótica da aplicabilidade no seu dia a dia. De acordo com Herpich e Basso (2015, p. 2) é necessário:

[...] expor aplicabilidade do estudo dos sólidos geométricos, relacionado a objetos ou locais; contribuir para construção de conceitos geométricos, tomando conhecimento das características e peculiaridades de cada sólido geométrico; diferenciar uma figura geométrica de um sólido geométrico; verificar quais figuras compõe cada sólido geométrico; tornar o processo de ensino-aprendizagem desse conteúdo mais lúdico, autônomo, concreto e significativo; propor uma mudança na metodologia de ensino diária, fazendo o uso de uma didática que envolve tarefas mais dinâmicas [...], despertar a autonomia dos estudantes, registrando as suas concepções, seus pensamentos a respeito de objetos geométricos.

Diante disso, de forma generalista, sinaliza-se a importância do como acontece o processo de aprendizagem do aluno e como ele descreve, compreende e analisa os resultados; configurando assim, como algo inovador e significativo para ele. Esta postura pode proporcionar um ambiente de descoberta de novos conceitos, novas relações, e novas maneiras de interpretar a realidade que é, em parte, foco da investigação deste trabalho.

### **Mesa da troca de experiências**

Durante a realização da oficina, mais precisamente sobre as práticas de ensino de Matemática para alunos com deficiência intelectual, a mesa da troca de experiência ficou encarregada pela realização de um debate mais amplo, no que diz respeito a estratégias de ensino e situações vivenciadas pelos participantes, enquanto professores de Matemática. Dessa forma, o executor encarregado por essa mediação, ouviu e debateu com os participantes os principais anseios e discussões que permeiam essa problemática. A Figura 4 ilustra a mesa da troca de experiências.



**Figura 4:** Mesa da troca de experiências  
**Fonte:** Elaborada pelos autores

Outrossim, constatou-se que apenas dois dos participantes na atividade vivenciaram situações de sala de aula, na qual havia um aluno com deficiência intelectual. O primeiro descreveu que o aluno havia sido submetido a testes e exames a cargo de uma junta de avaliação, composta por profissionais capacitados na área vindo a constatar que o aluno sofria de transtornos mentais. O referido professor disse que, a escola na qual trabalhava não disponibilizava nenhum tipo de atendimento educacional especializado para esse aluno, uma vez que o mesmo apresentava um quadro muito avançado de atraso escolar em relação a série frequentada, que na época era o 7º ano do ensino fundamental. Ademais, relatou que o aluno tinha dificuldades no reconhecimento dos números e símbolos, e na maioria do tempo em sala de aula o mesmo não demonstrava interesse nos conteúdos abordados.

Já o segundo professor relatou que na escola em que exerce sua atividade profissional, há mais de um caso de alunos com deficiência intelectual. Ademais, que a escola conta com uma sala de atendimento educacional especializado, de modo que esses estudantes são direcionados para essa sala, na qual recebiam atendimento especializado de acordo com as suas limitações. Conforme relato do professor, o atendimento a esses alunos, é realizado tanto em horário oposto ao das aulas nas turmas regulares, quanto no decorrer das mesmas, pois destacou que são constantes os episódios em que esses alunos necessitam desse auxílio, devido à algumas complicações, de ordem comportamental, geradas por suas deficiências que os impossibilitavam de permanecer em sala.

Também, uma das preocupações que foram compartilhadas por todos os participantes, até os que relataram nunca terem se deparado com situações dessa ordem, foi a questão da formação docente voltada para o atendimento desse público. Dado que a formação inicial proporcionada pelas instituições de ensino superior não é suficiente para que os professores possam disponibilizar a esses alunos, com algum tipo de deficiência intelectual, uma formação que venha a inclui-los de fato no contexto de um ensino regular.

Daí, fica implícita a importância que se tem a formação continuada desses profissionais da educação. Milanez (2013, p. 38) corrobora com o nosso pensar quando exalta que:

Propostas de formação continuada na área da educação especial, sobretudo em relação à deficiência intelectual e à clareza do diagnóstico dessa condição, podem beneficiar o atendimento desses alunos nas salas regulares de ensino e nas salas de recursos multifuncionais. Ter esse conhecimento permite aos professores compreender melhor seus alunos com deficiência intelectual, suas características, manifestações e, em especial, identificar seu potencial de aprendizagem, disponibilizando condições para que esse aprendizado efetivamente aconteça nas escolas, possibilitando a real inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, especialmente os alunos com deficiência intelectual.

Ante o exposto, foi possível observar o papel de destaque que a formação continuada desempenha dentro da dinâmica do meio educacional, visando oferecer aos nossos educadores mais do que informações pertinentes a conduta docente, mas sim prepará-los para que possam desenvolver a sua prática em um ambiente permeado pelas diferenças - sejam elas físicas, intelectuais, culturais ou sociais - que cada indivíduo carrega consigo. Assim sendo, nos remetendo ao contexto da educação inclusiva, tratar e discutir das inúmeras variáveis que envolvem a inclusão de alunos com Deficiência Intelectual no meio escolar não é tarefa fácil, porém, cabem a todos, professores, profissionais da educação e a sociedade de modo geral, lutar para garantir a todos os indivíduos uma educação de qualidade pautada no respeito as diferenças.

## CONCLUSÕES

Retomando as ideias debatidas no decorrer deste diálogo, é nítida a preocupação que se existe quanto à realidade enfrentada pela maioria das escolas brasileiras quando se trata da promoção da escola inclusiva, já que foi relatado que a grande maioria das escolas mencionadas ainda não dispunham de condições adequadas para o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais, sobretudo aqueles com deficiência intelectual. Visto que, as mesmas não disponibilizavam de salas de atendimento educacional especializado ou até mesmo pessoal capacitado para lidar com essa demanda escolar.

Então, um questionamento ficou em aberto. Será que as escolas brasileiras estão prontas para atender e proporcionar aos alunos com deficiência intelectual uma educação de qualidade? Nesta perspectiva, Milanez (2013, p. 18) salienta que “A escola brasileira ainda apresenta dificuldades para apropriar-se de uma concepção mais interacionista da deficiência intelectual e, além disso, de compreender quais seriam as compensações educativas possíveis de igualarem o direito e a oportunidade, na esfera educacional”.

Portanto, esse momento de troca de experiências durante a realização da oficina, configurou-se como uma oportunidade de compartilhar vivências e ideias relacionadas ao ensino de Matemática para alunos com deficiência intelectual, sob um olhar voltado à busca de estratégias e meios que venham a contribuir de modo potencial na inclusão desses indivíduos no contexto de uma sala de aula regular.

## Referências

AAIDD. ASOCIACIÓN AMERICANA DE DISCAPACIDADES INTELECTUALES Y DEL DESARROLLO. **Discapacidad intelectual, definición, clasificación y sistemas de apoyo**. Undécima Edición. Espanha: Alianza Editorial, 2010.

ALMEIDA, M. R. de. **Deficiência Intelectual e o Atendimento educacional especializado**. Mossoró: EdUFERSA, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 21 abril 2018.

\_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **LEI Nº 13.585, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13585.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13585.htm)>. Acesso em 11 de abril de 2018.

FERREIRA, H. M. S. **Deficiência intelectual e o ensino da matemática**: um trabalho sistematizado com materiais concretos a favor da aprendizagem. 2015.41f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Matemática) - Instituto Federal de São Paulo, Campus Birigui, 2015. Disponível em:

<<https://bri.ifsp.edu.br/.../19-matematica?...deficiencia-intelectual-e-o-ensino-da-matem...> > Acesso em 19 de abril de 2018.

HERPICH, T. BASSO, M. V. A. **Estudo de sólidos geométricos com uso de recursos digitais e concretos**. Curso de Especialização em Matemática, Mídias Digitais e Didática, UFRGS, 2015.

MILANEZ, S. G. C. (Orgs.). **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

VAN DE WALLE, J. A. **Matemática no Ensino Fundamental**: formação de professores e aplicação em sala de aula. 6. ed. Tradução: Paulo Henrique Colonese. Porto Alegre: Editora Artmed, 2009.